



O REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO E A HISTÓRIA ESCRITA ACERCA DA DITADURA

Michel Goulart da Silva¹

RESUMO

Neste ensaio são problematizadas as representações acerca do golpe e da ditadura produzidas tanto pelos militares como por pesquisadores acadêmicos. Para tanto, no caso dos militares, são analisados textos publicados principalmente em BIBLIEX acerca do golpe e da ditadura iniciada em 1964. No caso dos historiadores profissionais, são discutidos elementos de algumas de suas publicações. Esses elementos são confrontados com documentos produzidos por diferentes setores durante a ditadura. Procura-se, com essa discussão, demonstrar como essas representações se constituem em uma tentativa de defender e legitimar as ações dos ditadores, reverberando em parte das disputas políticas contemporâneas.

Palavras-chave: Ditadura; Representações; Revisionismo.

ABSTRACT

This essay problematizes the representations about the coup and the dictatorship produced by both the military and academic researchers. To this end, in the case of the military, there are detailed texts published mainly in BIBLIEX about the coup and dictatorship that began in 1964. In the case of professional historians, elements of some of their publications are discussed. These elements are compared with documents produced by different sectors during the dictatorship. This discussion seeks to demonstrate how these representations are specific in an attempt to defend and legitimize the actions of dictators, reverberating in part of contemporary political disputes.

Keywords: Dictatorship; Representations; Revisionism.

INTRODUÇÃO

Neste ano completam-se sessenta anos do golpe que derrubou o governo João Goulart em 1964. O processo, encabeçado pela cúpula militar e apoiado por empresários e outros setores da sociedade, abriu as portas para a ditadura que perseguiu e assassinou críticos e opositores até a década de 1980. Contudo,

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Este ensaio retoma alguns temas anteriormente discutidos em Silva (2011, 2024)



ainda que as ações dos golpistas e dos ditadores sejam bastante evidentes e conhecidas pela sociedade, sempre gerou polêmicas e interpretações, que vão muito além do mero negacionismo desprovido de conteúdo propagandeado durante o governo de Jair Bolsonaro (SILVA, 2022).

Essas interpretações revisionistas podem ser encontradas em diferentes espaços. No ambiente acadêmico, essas interpretações afetam até mesmo o trabalho dos historiadores, que, mesmo indiretamente, procuram justificar as ações golpistas e culpabilizar a esquerda pelo golpe de 1964. Entre os militares, essas versões deturpadas são uma resposta ao processo que levou ao fim da ditadura (SILVA, 2009, 2016). Esse movimento revisionista não se dá no vazio, mas expressa embates políticos de fundo, em torno à defesa das instituições, em especial diante do debate de quais setores seriam os protagonistas do golpe e quais seriam suas vítimas. Nesse sentido,

[...] em termos de sua proposta mais geral, é possível afirmar que as interpretações revisionistas realizam um duplo movimento. Por um lado, secundarizam o papel das ações de força, seja no que se refere à manobra golpista, seja no tocante ao papel da coerção na estrutura do regime e da vida social sob a ditadura. Por outro lado, de maneira complementar, superdimensionam o papel do consenso social naqueles processos, concebendo-o de maneira difusa e relativamente indiferente no que se refere aos papéis dos variados agentes sociais, os quais passam a ser vistos como portadores de uma responsabilidade compartilhada pelos acontecimentos (PESTANA, 2024, p. 16).

Entre 1964 e 1985, uma ditadura comandada por militares e apoiada por uma parcela de civis governou o Brasil (SILVA, 2018, 2019a). Em 1964, um golpe derrubou o governo trabalhista de João Goulart, também conhecido como Jango, que tinha como eixo político as “reformas de base”, entre as quais a reforma urbana, a reforma educacional, entre outras. Com a ditadura, concretizou-se um projeto de desenvolvimento econômico e da infraestrutura industrial e urbana, calcado no endividamento externo e na intensificação da exploração da força de trabalho, e comandado por uma camada de tecnocratas na gestão da economia e da administração pública (SILVA, 2011).



O REVISIONISMO MILITAR

Numa entrevista realizada em setembro de 2000, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos mais famosos torturadores durante a ditadura e constantemente elogiado por Jair Bolsonaro, afirmava que “em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho marxista-leninista” (MOTTA, 2003, t. 5, p. 234). Contudo, depois dessa primeira vitória,

[...] infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações (MOTTA, 2003, t. 5, p. 234).

O General Agnaldo Del Nero Augusto afirma no livro *A grande mentira* (2001) que no contexto posterior ao fim da ditadura, utilizando a propaganda, que foi “a mesma arma que criou a *lenda dourada do comunismo*”, os representantes das esquerdas “conseguiram atribuir a si mesmos o retorno do País ao pluralismo político e se autoproclamar angelicais defensores da democracia” (AUGUSTO, 2001, p. 16). Essa “grande mentira” construída pelos comunistas, “repetida de várias formas, em incontáveis oportunidades e nos diferentes meios de comunicação”, acabaria por ganhar “foros de *verdade*” (AUGUSTO, 2001, p. 16). Como consequência, “os mais jovens, e boa parte dos atuais integrantes das Forças Armadas e os seus familiares, não vivenciaram aquelas situações e passaram a ser impregnados pela Grande Mentira com sua versão ideológica dos fatos” (AUGUSTO, 2001, p. 16).

Essas ideias produzidas por militares acerca do golpe de 1964 e da ditadura expressam um conjunto de ideias difundido, entre outras formas, por meio de livros e revistas publicados pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX), principal editora militar. Esses e outros conjunto de ideias procuram, de um lado, apontar para a necessidade de estabelecer “verdades” diante das supostas distorções historiográficas que desqualificam as ações dos militares, propondo-se a esclarecer as gerações mais jovens acerca do passado. Segundo o Coronel José Fernando de Maya Pedrosa, “nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial da história como um biólogo estuda a célula ou um



astrônomo, o sistema solar”, parecendo “atitude corriqueira o alinhamento dos homens aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos” (PEDROSA, 2008, p. 32-3).

Os discursos dos militares expressam um grande ressentimento, pois a sociedade teria deixado de reconhecer sua relevância política e a importância histórica de suas ações. Para os militares, mesmo tendo vencido “a guerra contra as organizações da esquerda”, na Nova República estão “enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a ‘anistia para os dois lados’” (CASTRO, 2008, p. 135). Esses militares entendem que ainda há lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória empreendidas contra aqueles que estariam constantemente desqualificando suas ações do passado (SILVA, 2020a). Nesse ponto, os militares destacam a imprensa, que, segundo eles, teria contribuído nessas narrativas que desqualificam suas ações (CASTRO, 2008, p. 136).

Para difundir sua revisão dos acontecimentos da ditadura, os militares realizaram uma extensa produção de textos com pretensões historiográficas, sejam livros volumosos, sejam artigos de divulgação rápida publicados nas revistas militares ou testemunhos orais. Esses autores revisionistas procuram estabelecer em seus discursos um estatuto de verdade, baseado na descrição “objetiva” dos acontecimentos, procurando narrar o que teria sido “sufocado” pelo “autoritarismo de esquerda” no poder. Por outro lado, muitos auxiliam na difusão do espantinho da ideia de “marxismo cultural” e defendem a censura na educação (SILVA, 2019b, 2020b).

Segundo os discursos produzidos pelos militares, ainda hoje os “comunistas” estariam apostando em formas de ação e propaganda no sentido de subverter a ordem pública, desqualificando as ações das Forças Armadas e apostando em uma política de mentiras e revanchismo. Para esses militares, apostar na subversão faria parte de uma espécie de natureza antidemocrática dos comunistas. Como resposta às formas contemporâneas de “subversão”, os militares estariam sendo obrigados a mostrar as “verdadeiras” intenções dos comunistas, não apenas os desmascarando em suas ações políticas contemporâneas, como também mostrando às novas gerações suas tentativas de tomada do poder ao longo do século XX.



Os textos produzidos pelos militares não se limitam a narrar versões a respeito do golpe e justificá-lo a partir do argumento de uma ação preventiva diante de um suposto golpe a ser promovido pelas esquerdas. Os militares também elaboraram formas de legitimar política e historicamente os governos nascidos do golpe, justificando as ações repressivas como uma espécie de mal menor.

Os militares e civis que participaram dos governos ditatoriais procuram apresentar esse período como momento positivo e marcado por grandes conquistas para o Brasil. Para Armando Falcão, Ministro da Justiça no governo Geisel, “foram tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 219). Por outro lado, teriam sido “acertos da revolução”, conforme o General Rubens Denys, “o restabelecimento do princípio de autoridade (...) o planejamento em nível de governo, para realizar o desenvolvimento social e econômico do País, visando o bem-estar da sociedade brasileira, integrar o País e minimizar os desníveis regionais” (MOTTA, 2003, t. 1, p. 184). Segundo o economista Antônio Delfin Neto, que ocupou diferentes cargos nos governos ditatoriais, “nosso país construiu uma indústria extremamente sofisticada, ordenou seu mercado interno, chegou ao 8º PIB mundial e não foi gratuitamente, não foi brincando” (MOTTA, 2003, t. 5, p. 155).

Os militares teriam cumprido o papel que colocavam como objetivo; quando olham para os “governos da revolução”, os militares os enxergam como um período de conquistas e vitórias. Em seus discursos, ressaltam estatísticas em termos sociais, políticos e econômicos, e vitórias contra as ameaças externas e movimentos que queriam pôr fim à “democracia” então vivida no país. Contudo, o inimigo interno insistentemente continuava a ameaçar a ordem política e social, o que teria obrigado o “processo revolucionário” a se estender até alcançar o que os militares considerassem uma “paz social”. Nas palavras do Coronel Nilson Ferreira Mello,

[...] as realizações do movimento de 1964 são inúmeras e importantes, tanto pelo que foi feito quanto pelo que se impediu que se fizesse. Iniciado como uma reação à revolução comunista em marcha, seus efeitos, nos diversos campos das atividades nacionais, acabaram por justificar sua colocação como uma das mais importantes revoluções brasileiras, como a Guerra da



Independência e a Proclamação da República (MELLO, 2005, p. 44).

Essa exaltação às “conquistas” dos governos da ditadura, em grande medida, dá-se em comparação ao período anterior. O Coronel Jarbas Passarinho, que também ocupou variados cargos ao longo da ditadura, criticando o período anterior, afirma:

Quando o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência da República, o Brasil era um país subdesenvolvido e vivia uma hiperinflação. Exportávamos sobremesa: café, açúcar e cacau, algo aquém de um bilhão de dólares. Éramos a 48ª economia do mundo. Importávamos quase todo o petróleo, gasolina, diesel e querosene (PASSARINHO, 2007, p. 74).

Referindo-se ao conjunto dos “governos revolucionários”, o Coronel Nilson Mello divide suas “realizações” em dois aspectos: econômicos e sociais. Destaca as obras de engenharia, como ferrovias e rodovias, que “mudaram completamente o panorama dos transportes terrestres, facilitando o escoamento de produtos e estimulando a produção” (MELLO, 2005, p. 45). Também destaca a capacidade instalada de energia elétrica, que “expandiu-se a uma taxa de cerca de 700%, graças à construção de gigantescas usinas hidroelétricas, como Itaipu e Tucuruí” (MELLO, 2005, p. 45). Por outro lado, “cuidou-se de melhorar a matriz energética do país, muito calcada no petróleo, com a utilização de fontes alternativas de energia” (MELLO, 2005, p. 45). Destaca também os investimentos nas telecomunicações, por meio do Plano Nacional de Telecomunicações, bem como o planejamento governamental, por meio dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, bem como o combate à inflação (MELLO, 2005, p. 45). Por outro lado, salientando que a solução dos problemas sociais estaria relacionada com os recursos gerados pelo desempenho econômico, afirma que foi o regime governado pelos militares que

[...] incorporou à Previdência Social (...) vinte milhões de trabalhadores rurais. E mais, promulgou o Estatuto da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social como o FGTS, o PIS/PASEP, o Sistema Nacional de Habitação e o BNH que, apenas nos cinco primeiros anos de funcionamento, construiu 750 mil casas populares (MELLO, 2005, p. 45).



Essas descrições, encontradas nos discursos contemporâneos de civis e militares acerca da ditadura, não trazem grandes novidades em relação à propaganda da própria ditadura a respeito de suas “conquistas”. Nas palavras do General João Baptista Peixoto, fazendo em 1975 um balanço dos governos “revolucionários”, teria cabido a esses “a gigantesca tarefa de promover as reformas estruturais indispensáveis para acelerar o desenvolvimento econômico e social do país, em ritmo consentâneo com o atual progresso do mundo” (PEIXOTO, 1975, p. 172). Em 1978, afirmava-se em outro documento: “o que se conseguiu fazer em quatorze anos configura uma obra incontestável, verdadeiramente admirável e empolgante, não só no campo da infraestrutura nacional, como em vários setores básicos do desenvolvimento econômico e social do País” (EXÉRCITO, 1978, p. 41).

Se hoje discursos semelhantes ou mesmo iguais são parte das disputas políticas em torno da história e da memória da ditadura, décadas atrás a propaganda elaborada pelos governos repressivos foi parte da necessidade de legitimação do regime. No plano político, os governantes buscavam “encontrar mecanismos de legitimação que ultrapassassem o argumento, que se desgastava rapidamente, de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada” (EARP, 2007, v. 4, p. 219). Para tanto, durante a ditadura,

[...] os integrantes do grupo de poder do regime militar se empenhavam em demonstrar que existiam pontos de conexão entre a sua proposta de democracia e as realizações econômicas daquele período. O denominado “milagre econômico” era enfatizado como a ratificação dos propósitos da ditadura de uma nação em que prevalecesse a sua suposta democracia com responsabilidade (REZENDE, 2001, p. 115).

O “milagre brasileiro”, assim chamado como analogia a fenômenos semelhantes ocorridos na Alemanha e no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, foi “um período de vários anos consecutivos em que a economia do país (...) teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos” (BRUM, 1998, p. 322). Por outro lado, “a intensa divulgação do ufanismo oficial tinha o



propósito de tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no país” (BRUM, 1998, p. 324). No caso do “milagre brasileiro”, a economia “estava sendo movida basicamente com recursos externos – empréstimos, capital de risco e tecnologia importada” (BRUM, 1998, p. 324).

Os militares que pretendem produzir sua versão da histórias identificam no “desenvolvimento econômico sob inspiração militar” o fator positivo determinante do “sucesso” do regime (RODRIGUES, 2007). Também nesse ponto, a escrita do passado está informada pela doutrina elaborada pela ESG, cujo eixo atravessa justamente os conceitos de segurança e desenvolvimento (SILVA, 2013). Embora possam ser feitas ponderações a respeito do papel exercido pela doutrina da ESG nas ações do governo, pelo menos os textos pretensamente historiográficos elaborados pelos militares trazem uma clara inspiração dessa doutrina.

Nesses textos, os militares olham para o passado procurando identificar algo que se encaixe na definição de desenvolvimento, ou, mais precisamente, no que chamam de Desenvolvimento Nacional, um “processo global do fortalecimento e de aperfeiçoamento do Poder Nacional, particularmente de seus fundamentos (Homem, Terra e Instituições), visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais, e à consecução do Bem Comum” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2000, p. 178). Esse processo se materializa por meio da Política de Desenvolvimento, entendida como “conjunto de objetivos e decisões governamentais que tem como propósito atender aos anseios de evolução e orientar e conduzir o processo global que visa à consecução do Bem Comum” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2000, p. 178). Trata-se, portanto, da realização de ações em diferentes âmbitos que visam, entre outras coisas, a realização de certo progresso material e mesmo “espiritual”, que responde ao planejamento e às ações daqueles que governam poder nacional, que, no entendimento da doutrina, devem ser as elites civis e militares.

Os militares procuram demonstrar que a ditadura teria sido um regime de salvação nacional, apontando que suas ações colocaram fim à ameaça do “inimigo interno” e reorganizaram a vida nacional, supostamente ameaçada pelas investidas golpistas de parte da esquerda (SILVA, 2021a, 2021b). Contudo, o principal projeto dos militares, pensado desde a década de 1950,



passava por transformar o país em uma “potência de porte médio”. Dessa forma, as questões de segurança deveriam estar no centro de um projeto que visava fundamentalmente uma determinada forma de desenvolvimento econômico, elitista e excludente, o que exigia a conformação de um governo forte, como uma ditadura.

O REVISIONISMO ACADÊMICO

Nos meios acadêmicos, existem aquelas interpretações que culpam pela eclosão do golpe a esquerda e, por conseguinte, as mobilizações dos trabalhadores pelo golpe. Nessas interpretações, seriam essas mobilizações que teriam forçado a ação da empresários e militares em torno do golpe de 1964. Essa interpretação está presente mesmo entre importantes historiadores. Em um livro escrito por Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, os historiadores afirmam que o presidente João Goulart

[...] se aliara a Brizola, Arraes, Prestes e ao movimento sindical mais radical para formar um governo exclusivo das esquerdas. A opção presidencial permitiu que os grupos de oposição ao governo - mesmo os mais moderados e legalistas -, quer civis, quer militares, comesçassem a suspeitar das verdadeiras intenções de Jango. Receosa e desconfiada, essa oposição cedeu aos apelos da direita golpista, o que reduziu os custos políticos de uma ruptura com as regras democráticas (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 240).

Segundo os dois historiadores, João Goulart teria conseguido, em função de suas ações,

[...] por razões diversas, entre as quais a ameaça comunista é o destaque, que setores militares e civis, quer os que já estavam conspirando, quer os que não o faziam, se posicionem de forma radical contra o presidente (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 243).

Contudo, não há sentido nessa afirmação, afinal as ações do presidente que teriam causado tanto medo seriam a convocação de uma Constituinte, que dependeria da anuência do Congresso Nacional, e as ameaças de uma reforma agrária “na marra”, que se daria mediante algum tipo de indenização aos



proprietários. Portanto, não havia nada de perigosamente revolucionário nessas medidas, mas reformas que se davam dentro da ordem capitalista burguesa. Observa-se, pelo outro lado, que os conspiradores de décadas anteriores, como os que tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek em 1956, buscavam fomentar o medo nas classes médias e, a partir disso, ganhar apoio para um golpe.

Outro importante historiador, ainda que mais cuidadoso em sua análise, acaba também por escorregar na interpretação de culpar a esquerda. Carlos Fico, ainda que veja nas Marchas da Família, com Deus pela Liberdade “um componente de manipulação e evidente propaganda anticomunista e contrário a Goulart”, aponta que o movimento “expressou um autêntico sentimento de insatisfação da classe média” (FICO, 2014, p. 64). Embora reconheça que “as propostas de reformas de base não eram radicais, sobretudo a da reforma agrária”, apontando que seriam “imprecisas e modestas”, o historiador não se furta a afirmar que seria necessário “reconhecer que Goulart não foi habilidoso ao defendê-las” (FICO, 2014, p. 67).

Portanto, novamente aqui se vê um exemplo de considerar a subjetividade individual de João Goulart um fato determinante para o golpe. Nessa interpretação, o fator mais importante não teria sido a propaganda anticomunista, mobilizando as classes médias com as ameaças de ataque à propriedade individual, como casas e apartamentos próprios, nem o fato de empresários e militares verem como negativas as reformas base e por isso organizar parte da sociedade para combatê-las. Na interpretação expressa por Carlos Fico, esses elementos objetivos da realidade parecem fatores mais determinantes do que a falta de habilidade de João Goulart.

Daniel Aarão Reis, que foi militante de organização de luta armada na ditadura, entrou nesse debate construindo um argumento diferenciado, ainda que também assumindo uma postura revisionista. Esse historiador busca construir a interpretação de que o golpe não teria sido um fenômeno externo à sociedade, mas expressava elementos políticos e culturais inerentes ao processo, assim justificando sua interpretação de que os movimentos financiados pela burguesia e apoiados pelo imperialismo, como a reacionária Marcha da Família, seriam “amplios movimentos sociais” (REIS FILHO, 2014, p. 7). Embora formado no marxismo, o historiador deixa de lado em sua análise



qualquer perspectiva de que a luta de classes e a necessidade de manutenção da ordem institucional por parte da burguesia pode ter tido relação no apoio a esse suposto “amplo movimento de massas” (REIS FILHO, 2014, p. 135).

Endossando a interpretação de seus colegas, sistematizada anteriormente, Reis Filho (2000, p. 28-29) afirma que, desde a Campanha da Legalidade, em defesa pela posse de João Goulart como presidente, os “movimentos e lideranças partidárias das reformas” teriam “evoluído, progressivamente, para uma linha ofensiva em que inclusive se contemplava o recurso à violência revolucionária”. Para Reis Filho (2000, p. 30), o presidente teria resolvido “partir para a ofensiva”, dispondo-se “a liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas”.

Como destacado antes, essa “ofensiva” de João Goulart e de seus apoiadores nada mais era do que a convocação de uma constituinte, ou seja, a revisão do aparato legal burguês pelas próprias instituições burguesas. Fazia parte dessas ações tão “radicais” de João Goulart “ratificar a legislação sobre a regulamentação da remessa de lucros, já aprovada no Congresso” e “estabelecer o monopólio da importação do petróleo” (REIS FILHO, 2014, p. 39-40). Nesse sentido, certamente é um exagero apontar para qualquer possível caráter “revolucionário” nessas medidas.

Incorporando elementos revisionistas em sua análise, Reis faz críticas abertamente à esquerda, pois esta, em sua interpretação, teria assumido durante a transição da ditadura um discurso democrático e passado a negar a perspectiva revolucionária que supostamente teria tido no passado. Nesse processo, segundo afirma ironicamente Reis Filho (2000, p. 9), “a sociedade brasileira pôde repudiar a ditadura, reincorporando sua margem esquerda e confortando-se na ideia de que suas opções pela democracia tinham fundas e autênticas raízes históricas”.

Essas interpretações se mostram completamente falsas, afinal a defesa da democracia burguesa era majoritária na esquerda em 1964. Quase todas as organizações defendiam variantes da chamada “revolução por etapas”, apostando na manutenção da ordem institucional e no desenvolvimento do capitalismo. O PCB, em março de 1958, afirmava:



O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação (CARONE, 1982a, p. 192).

Como consequência dessa avaliação, o partido defendida, em dezembro de 1962, a “luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta pela formação de um governo nacionalista e democrático” (CARONE, 1982a, p. 254). Poucos dias antes do golpe, em março de 1964, o partido ainda defendia “a unidade de todos os patriotas e democratas, a unificação de toas as forças interessadas no progresso do Brasil” (CARONE, 1982a, p. 266).

Portanto, não é possível afirmar de forma alguma que o PCB tinha, antes do golpe, qualquer perspectiva de subversão da ordem capitalista. Pelo contrário, suas perspectivas não estavam voltadas para a ruptura com o capitalismo. Mesmo depois do golpe, os elementos dessa política do partido não mudaram, continuando a defender, durante a ditadura, a perspectiva de transformações por dentro da ordem capitalista. O partido afirmava, em documento de dezembro de 1967:

A burguesia nacional participa da frente antiditatorial, embora sua oposição ao regime seja limitada. Outros setores das classes dominantes, cujos interesses são construídos pela política do governo ditatorial, podem participar de ações contra o regime e ser úteis à ativação e fortalecimento da frente antiditatorial (CARONE, 1982b, p. 73).

Entre as organizações defensoras da luta armada, a perspectiva estratégica não era diferente daquela expressa pelo PCB. Entre outros, Marighela, mesmo depois de deixar o PCB, defendia a estratégia de unidade com a burguesia, defendendo, em 1966,

[...] a necessidade de nossa aliança com a burguesia nacional, levando em conta não somente tudo o que dela nos aproxima, quando se trata de objetivos comuns na defesa de interesses nacionais, mas também tudo o que dela nos separa em questões de classe, tática, métodos, ideologia e programa (MARIGHELLA, 2019, p. 239-40).



Em junho do mesmo ano, o PCdoB, que pouco depois organizou a Guerrilha do Araguaia, afirmava na mesma perspectiva de colaboração com a burguesia: “Está colocada na ordem do dia a necessidade de organizar a mais ampla união patriótica que, sob o lema da independência, progresso e liberdade, possa aglutinar em um impetuoso movimento nacional as forças populares e as correntes democráticas” (REIS FILHO & SÁ, 2006, p. 84).

Portanto, ainda que falassem em revolução ou em socialismo, a luta do PCB e das organizações oriundas desse partido passava necessariamente por desenvolver o capitalismo e as instituições burguesas e, talvez, somente numa sociedade futura, lutar pelo socialismo. Nesse sentido, a interpretação revisionista de que a esquerda não defendida a democracia se mostra totalmente equivocada.

Para uma análise adequada, cabe colocar em seu contexto o golpe de 1964. No período anterior ao golpe, observa-se o embate entre setores burgueses em torno de perspectivas distintas em torno da relação com o imperialismo. João Goulart e seu partido, o PTB, a despeito de todas as suas ambiguidades e dos limites políticos do trabalhismo e de seus aliados, como os comunistas, defendiam a perspectiva de um desenvolvimento capitalista autônomo em relação ao imperialismo. Outros segmentos, por sua vez, colocavam no horizonte a perspectiva do aprofundamento da relação com o imperialismo.

Essa tensão não se dava apenas nas esferas das disputas institucionais, mas também no interior da sociedade. Por um lado, setores da burguesia se viam preocupados com a possibilidade de nacionalização de suas empresas ou mesmo a aplicação de políticas que poderiam criar empecilhos em sua relação com parceiros financeiros comerciais e financeiros estrangeiros. Por outro, os trabalhadores viam nas limitadas reformas propostas pelo governo - urbana, bancária, universitária, entre outras - a possibilidade de melhoria de suas condições de vida. Portanto, para além das diferenças de interesses entre segmentos da burguesia, a luta de classes se colocava de forma explícita, tendo episódios de enfrentamento aberto, como a greve geral de 1962 ou, de forma indireta, a Campanha da Legalidade em defesa da posse de João Goulart, em 1961.



Portanto, diferente das décadas anteriores, em que Getúlio Vargas conseguiu exercer um papel bonapartista, João Goulart não conseguiu equilibrar as tensões econômicas e sociais que se desenvolviam na sociedade. Os militares, com o golpe de 1964, assumiram esse papel bonapartista, buscando acabar com o processo de polarização, ou seja, esmagar as mobilizações dos trabalhadores no sentido da aplicação do projeto da burguesia. Nesse processo, o operariado, que se consolidou enquanto classe, não poderia reivindicar mais do que as migalhas que a industrialização em processo garantia como direitos. Pode-se afirmar:

Na visão dos protagonistas do golpe, a crescente mobilização política e o avanço da consciência ideológica dos setores populares e dos trabalhadores, que se acentuava na conjuntura, poderiam implicar o questionamento do sistema político e da ordem econômico e social que, a rigor, deveriam permanecer sob o estrito controle e domínio das classes possuidoras e proprietárias (TOLEDO, 2004, p. 42).

Perseguindo e desmantelando as organizações de esquerda, os militares, representando os interesses da burguesia mais afinada com o imperialismo, levaram a cabo um projeto de estruturação do Estado, aplicando inclusive versões deturpadas das reformas de base, como as mudanças na CLT em 1966 e a reforma universitária em 1968. Essas medidas, ao mesmo tempo que aprofundaram o processo de industrialização e de urbanização do Brasil, foram responsáveis pela ampliação das desigualdades e da concentração de renda e pelo atrelamento de forma ainda mais profunda da burguesia nativa aos interesses do imperialismo.

As interpretações revisionistas, ao procurar atribuir à esquerda um papel revolucionário que ela majoritariamente não tinha no contexto do golpe e mesmo da ditadura, ignoram o fato de que havia um processo anterior ao golpe da burguesia em tentar barrar ao máximo a conquista de direitos dos trabalhadores ou de garantir o avanço de suas mobilizações. Neste caso, a própria CLT, ao controlar os sindicatos, foi uma peça central na tentativa de controlar as ações das organizações dos trabalhadores. Outro aspecto passava pelo fato de o PCB, principal organização dos trabalhadores no período, estar na ilegalidade. E,



ainda, cabe destacar os golpes ou tentativas de golpe ocorridas nos períodos anteriores, como as tensões envolvendo a eleição de 1956.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a ditadura, ainda hoje comemorada pelos militares, possibilitou a consecução de um projeto político e social dos militares, contraditoriamente colocando o Brasil em destaque no cenário econômico mundial e alcançando certa estabilidade por eles almejada na situação política, ao mesmo tempo que também aumentavam o endividamento externo do país e deixavam profundas marcas na situação dos trabalhadores, como os baixos salários, a falta de moradias, o desemprego, entre outras mazelas ainda enfrentadas pela população do país.

Na escrita da história acerca do período, tanto a historiografia militar como a de parte dos acadêmicos tentam atribuir à esquerda e à mobilização dos trabalhadores, mesmo que em parte, a responsabilidade pelo golpe. Contudo, conforme se percebe na análise das fontes, não estava no horizonte das esquerdas qualquer subversão da ordem, mas o desenvolvimento econômico e a ampliação de direitos dentro da ordem capitalista. Os trabalhadores, portanto, mesmo que eventualmente o quisessem, não teriam condições de se encaminhar para uma transformação socialista da sociedade.

As interpretações revisionistas, que acabam por ganhar grande influência na historiografia acadêmica, e que escondem o papel bonapartista dos militares, não permitem compreender a permanência dos elementos de repressão que ainda persistem no ordenamento constitucional construído na nova República. Além disso, apontam para uma narrativa de defesa da democracia, que teria sido atacada tanto pelos militares, como pela esquerda, o que leva a acreditar que salvadores democratas entre civis e militares teriam cumprido um papel no retorno da democracia. Essa é a narrativa que garante a manutenção da ordem capitalista e a defesa das instituições burguesas no presente.



REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 18ª ed. Petrópolis Vozes, 1998.

CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: DIFEL, vol. 2, 1982a.

CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1964-1982)**. São Paulo: DIFEL, vol. 3, 1982b.

CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Luzes, 2000.

EXÉRCITO. **A nação que se salvou a si mesma**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

FERREIRA, Jorge & GOMES, Angela de Castro. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.



MARIGHELLA, Carlos. A crise brasileira. In: **Caminhos da revolução Brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELLO, Nilson Vieira Ferreira de. Reflexões sobre o 40º aniversário da revolução de 1964. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 142, set/out/nov/dez de 2005.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

PASSARINHO, Jarbas. História: movimento de 31 de março de 1964: recordando um estadista. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano XCIII, nº. 807, jan/fev/mar/abr de 2007.

PEDROSA, José Fernando de Maya. **O revisionismo histórico brasileiro**: uma proposta para discussão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

PEIXOTO, João Baptista. **Conquistas de uma década**: radiografia socioeconômica do Brasil revolucionário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Artenova, 1975.

PESTANA, Marco. A historiografia sobre a ditadura 60 anos após o golpe: para além do revisionismo. **História e Luta de Classes**, nº 37, março 2024.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedades**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). **Imagens da revolução**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.



REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985)**. Londrina: UEL, 2001.

RODRIGUES, Francisco. O desenvolvimento econômico sob inspiração militar. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 144, mai/jun/jul/ago de 2007.

SILVA, Michel Goulart da. “O anticomunismo e o golpe de 1964”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Nº 16, p. 01-05, 2021a.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, história e esquecimento no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Nº 1, p. 55-60, 2020a.

SILVA, Michel Goulart da. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Aurora (UNESP)**, vol. 12, 2019a.

SILVA, Michel Goulart da. “O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar”. **Germinal**, vol. 10, n. 3, 2019b.

SILVA, Michel Goulart da. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. “O golpe, a ditadura e o revisionismo acadêmico”. **A terra é redonda**, 31/03/2024. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/o-golpe-a-ditadura-e-o-revisionismo-academico/>. Acesso em 10/05/2024

SILVA, Michel Goulart da. “Governo Bolsonaro: notas para um balanço histórico e político”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 11, n. 32, 2022.

SILVA, Michel Goulart da. “Histórias que os militares contam: do golpe de 1964 aos primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil”. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, vol. 2010, 2009.



SILVA, Michel Goulart da. “Os militares brasileiros e a ‘grande mentira’”. In: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart da. (orgs.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2011.

SILVA, Michel Goulart da. “Reflexões sobre o marxismo cultural”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020b.

SILVA, Michel Goulart da. “O revisionismo contemporâneo e a história escrita pelos militares”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 23, 2021b.

SILVA, Michel Goulart da. **Os riscos da democracia**: da “transição lenta e gradual” à “onda conservadora” (Relatório de Pós-Doutorado). Florianópolis: UDESC, 2018.

SILVA, Michel Goulart da. “Os militares e as representações acerca da ditadura militar (1964-85)”. **Religación**, n. 4, 2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. **Crítica Marxista**, nº 19, outubro 2004.